



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMITÊ GESTOR DE CAPACITAÇÃO - CGC/DIREN-ANP/PF

Parecer nº 27669117/2023-CGC/DIREN-ANP/PF

1. RELATO

1.1. Trata-se de solicitação proveniente do servidores LUIZ DANNIEL DIOGO DA SILVA - AADM e VICTOR OLIVEIRA EDUARDO – AADM, ambos lotados no SELOG/SR/PF/DF, no qual requerem autorização para participar da ação de capacitação 18º CONGRESSO DE PREGOEIROS, promovida pelo INP - INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA., em FOZ DO IGUAÇU/PR, no período de 28 a 31 /03/2023, com carga horária de 26 h/a.

2. DA ANÁLISE

2.1. A Polícia Federal estabeleceu, por intermédio da [Portaria nº 12.655 - DGP/PF, de 6 de maio de 2020, o Programa de Desenvolvimento de Pessoas - PRODEP para o quadriênio 2020/2023](#), os objetivos institucionais e a indicação das áreas estratégicas de capacitação. Sendo assim, a ação de capacitação em tela encontra-se alinhada ao objetivo institucional otimizar o emprego dos bens e recursos materiais e à área estratégica LICITAÇÕES E COMPRAS PÚBLICAS.

2.2. No que diz respeito aos requisitos de (i) interesse da unidade solicitante (SEI 27450332) verifica-se a inclusão do formulário relativo à Manifestação da Cheia Imediata, os quais entretanto não contam com a necessária alusão aos artigos 4º e 5º da IN nº 100/2016, conforme preconizado no art. 6º da referida norma. Quanto à (ii) assunção de compromisso de multiplicação do conhecimento por parte dos servidores capacitados (Anexo VI da IN 100/2016) (SEI 27072082 e 27073796), previstos no [art. 4º, incisos III e IV da IN nº 100/2016 - DG/PF](#), o processo encontra-se corretamente instruído.

2.3. No mérito da ação, e em atendimento às instruções da IN 100/2016, a ação foi analisada quanto à (i) correlação do evento com as atribuições e competências do cargo ou função (art 4º, inc. I cc art. 5º, inc. II); e (ii) à adequação do evento às necessidades do serviço assim como sua relevância para as atividades desenvolvidas pelo servidor (art. 4º inc. II cc art. 5º, inc. II). Nesse sentido, o evento se justifica pela necessidade de **"capacitação dos servidores que atuam na área de licitação e logística, através de frequentes cursos e treinamentos, pois estes são recém-chegados no setor. A capacitação é essencial para que os serviços de licitação e logística sejam executados de maneira eficiente e segura obedecendo os mandamentos legais que regem esses procedimentos licitação e contrato no âmbito da Administração Pública Federal"**. Ainda complementa a justificativa a alegação de que o treinamento **"é imprescindível o treinamento e capacitação desses servidores, que necessitam atuar de maneira eficiente e segura, seguindo os mandamentos constitucionais e legais que regem a matéria. Além da capacitação, também é primordial a troca de experiências e o intercâmbio de informações entre servidores de outros órgãos, auxiliando em situações concretas e na tomada de decisões de casos que são rotineiramente apresentados"**.

2.4. A ação de capacitação também foi analisada quanto aos seus custos totais, ou seja, que envolvem gastos com diárias e passagens. Nesse sentido, foi observada a orientação do art. 5º, inc. III da IN nº 100/2016 que recomenda a realização da ação educacional na mesma localidade de lotação do servidor. De igual maneira, observou-se o disposto no art. 17 do Decreto nº 9.991/2019 que prescreve a necessidade de que o custo total da ação seja inferior à ação similar na localidade do servidor. Sob este aspecto, os requerentes apresentam a cotação para participação no evento, cujo valor individual da inscrição é de R\$ 5.399,00, totalizando R\$ 10.798,00 aos quais se soma os custos estimados de R\$ 3.309,90 a serem desembolsados com diárias e de R\$ 2.468,00 a serem empregados com passagens aéreas,

totalizando 5.777,90 referente a essas despesas, sendo R\$ 2.888,95,50 por servidor. O custo final da capacitação é de R\$ 16.575,90 ficando o custo por servidor por servidor em R\$ 8.287,95, resultando em um valor de hora aula total de R\$ 318,77 por capacitando.

2.5. Deve-se ressaltar que a Manifestação Técnica do Plano Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (14092446) informa que Congressos, Seminários, Workshops e eventos correlatos não foram objeto de análise da ENAP e permite a contratação de tais ações de desenvolvimento com outras instituições, conforme destaque abaixo:

Quanto às necessidades voltadas para a participação em Congressos, Seminários, Workshops e eventos correlatos, informamos que esses não foram objeto de análise pela Enap, tendo em vista que tais eventos são específicos e estão fora do escopo de execução da Escola. No entanto, é possível que tais eventos possam ser realizados ou patrocinados pela Enap, no futuro, a depender da pertinência temática e da disponibilidade de recurso, por isso foi importante citá-los no PDP.

[...]

Assim, no ano de 2020 os órgãos e entidades poderão contratar tais ações de desenvolvimento diretamente com outras instituições.

2.6. Quanto a comparativo de custos a Chefia Imediata se manifestou (SEI 27311865) sobre a existência de um evento similar a ser realizado em Brasília, o qual entretanto seria menos abrangente e com maior custo de inscrição, justificando a escolha do evento solicitado.

3. CONCLUSÃO

3.1. O pleito teve concordância da chefia imediata (SEI nº 27456470), da equipe de T&D (SEI nº 27453673) e do dirigente da unidade (SEI nº 27456551).

3.2. Na manifestação do dirigente da unidade há indicação de pagamento de diárias e passagens pela unidade solicitante, conforme previsto no art. 31 da IN nº 100/2016.

3.3. A referente ação de capacitação implicará em um investimento de **R\$ 10.798,00** (dez mil setecentos e noventa e oito reais) a ser arcado pelo CGC/ANP., o que equivale, por servidor, a R\$ 5.399,00 por inscrição e uma hora/aula de R\$ 207,65.

3.4. Sendo assim, à luz do que foi exposto, opino pelo **DEFERIMENTO** do pleito.

MARCO GIOVANNI CLEMENTE CONDE

Perito Criminal Federal

Membro do CGC/ANP



Documento assinado eletronicamente por **MARCO GIOVANNI CLEMENTE CONDE**, Perito(a) Criminal Federal, em 08/03/2023, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **27669117**

e o código CRC **4C440A4F**.